



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Contrato nº 50/2026

Processo Administrativo nº 3536703.415.00002485/2026-00

Contrato de aquisição de equipamentos que entre si celebram o Município de Pederneiras/SP e a empresa Seguros Sura S/A, adotando-se o regime da Lei nº 14.133/2021.

O **MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Siqueira Campos, S-64, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 46.189.718/0001-79, doravante denominado Contratante, neste ato representado por **IVANA MARIA BERTOLINI CAMARINHA**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora do RG nº 13.xxx.xxx-1-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 131.xxx.xxx-24, residente e domiciliada nesta cidade de Pederneiras/SP e a empresa **SEGUROS SURA S/A**, com sede à Av. Padre Antônio José dos Santos, nº 1530, Cidade Monções, na cidade de São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob nº 33.065.699/0001-27, daqui em diante denominada Contratada, neste ato representada por **FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS LIMA**, portadora do RG nº 11.xxx.xxx-8.-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 089.xxx.xxx-85, residente e domiciliada em São Paulo-SP, com endereço comercial na Av. Padre Antônio José dos Santos, nº 1530, Cidade Monções, resolvem celebrar este contrato, decorrente do despacho autorizador da contratação e da homologação do Pregão Eletrônico nº 25/2026 e observado o disposto no Processo nº 3536703.415.00002485/2026-00, tem entre si justa e acordada a celebração do presente ajuste, mediante as cláusulas a seguir que se comprometem fielmente cumprirem:

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Integram este contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive o Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe, seus anexos e a proposta apresentada pela Contratada, cujo teor é de pleno conhecimento das partes.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a contratação de seguro total (colisão, incêndio, roubo e furto) para veículos que compõem a frota do Município de Pederneiras, em conformidade com o Termo de Referência e com a proposta apresentada pela Contratada, dos itens abaixo dispostos:

Item	ESPECIFICAÇÃO	Ano / Modelo	Chassis
1	Contratação de seguro para Caminhão Iveco 240E28, Frota nº 336, Req. Serviço nº 1332/2026	2013 / 2014	93ZE2HMH0 E8924473
2	Contratação de seguro para Renault Master TVan 16L, Frota nº 344, Req. Serviço nº 1238/2026	2016 / 2017	93YMAFELC HJ531869
3	Contratação de seguro para Ford Ka se 1.5, Frota nº 348, Req. Serviço nº 1240/2026	2017 / 2018	9BFZH54JXJ 8100969
4	Contratação de seguro para Chevrolet Spin LTZ 1.8, Frota nº 352, Req. Serviço nº 1241/2026	2018 / 2018	9BGJC7520J B272998
5	Contratação de seguro para Chevrolet Spin LTZ 1.8, Frota nº 353, Req. Serviço nº 1242/2026	2018 / 2018	9BGJC7520J B271754
6	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 1.0, Frota nº 356, Req. Serviço nº 1243/2026	2018 / 2019	93YRBB006 KJ614285
7	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 1.0, Frota nº 357, Req. Serviço nº 1244/2026	2018 / 2019	93YRBB001 KJ614288
8	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 1.0, Frota nº 358, Req. Serviço nº 1245/2026	2018 / 2019	93YRBB003 KJ545300



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

9	Contratação de seguro para Chevrolet Spin LTZ 1.8, Frota nº 359, Req. Serviço nº 1248/2026	2018 / 2019	9BGJC7520K B120729
10	Contratação de seguro para Renault Master 5L Ambulância , Frota nº 364, Req. Serviço nº 1249/2026	2018 / 2019	93YMAFEX AKJ713753
11	Contratação de seguro para Renault Master 5L Ambulância , Frota nº 365, Req. Serviço nº 1250/2026	2018 / 2019	93YMAFEX AKJ748932
12	Contratação de seguro para Renault Master 5L Ambulância , Frota nº 366, Req. Serviço nº 1252/2026	2018 / 2019	93YMAFEX AKJ753738
13	Contratação de seguro para Renault Master 5L Ambulância , Frota nº 368, Req. Serviço nº 1253/2026	2018 / 2019	93YMAFEX AKJ748837
14	Contratação de seguro para Ônibus Iveco Mascarello , Frota nº 371, Req. Serviço nº 1399/2026	2016 / 2017	93ZL72C01H 8470477
15	Contratação de seguro para Ônibus Iveco Mascarello , Frota nº 372, Req. Serviço nº 1400/2026	2016 / 2017	93ZL72C01H 8470511
16	Contratação de seguro para I/Citroen Jumpy Eurolaf, Frota nº 374, Req. Serviço nº 1254/2026	2018 / 2019	9V7VBBHX GKA002693
17	Contratação de seguro para Ônibus M. Benz Caio LO916 Frota nº 403, Req. Serviço nº 1328/2026	2019 / 2020	9BM979277L B140001
18	Contratação de seguro para Renault Master 7L Ambulância , Frota nº 407, Req. Serviço nº 1256/2026	2019 / 2020	93YMAFEX ALJ63484
19	Contratação de seguro para I/Citroen Jumpy Eurolaf, Frota nº 413, Req. Serviço nº 1392/2026	2019 / 2020	9V7VBBHX GLA001276
20	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 1.0, Frota nº 424, Req. Serviço nº 1260/2026	2021 / 2022	93YRBB000 NJ009795
21	Contratação de seguro para Renault Master F2 Ambulância , Frota nº 438, Req. Serviço nº 1394/2026	2022 / 2023	93YF62002PJ 243432
22	Contratação de seguro para Renault Master L3H2 Ambulância , Frota nº 441, Req. Serviço nº 1395/2026	2021 / 2022	93YMEN4XE NJ121094
23	Contratação de seguro para Renault Master Mini Bus L3 Ambulância , Frota nº 442, Req. Serviço nº 1396/2026	2022 / 2023	93YJ62008PJ 202572
24	Contratação de seguro para Renault Master L3H2 Ambulância , Frota nº 458, Req. Serviço nº 1330/2026	2022 / 2023	93YF62005PJ 392952
25	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 2 1.0, Frota nº 464, Req. Serviço nº 1261/2026	2023 / 2024	93YRBB00X RJ820252
26	Contratação de seguro para VW Amarok 4x4 CD AT, Frota nº 465, Req. Serviço nº 1333/2026	2015 / 2016	WV1DB42H6 GA010578
27	Contratação de seguro para Renault Sandero SZE 1.0 MT Frota nº 473 , Req. Serviço nº 1654/2026	2024 / 2025	93Y5SRT5GS J993735
28	Contratação de seguro para GM Vectra Sedan Elegance Frota nº 474, Req. Serviço nº 1257/2026	2010 / 2010	9BGAB69C0 AB276648
29	Contratação de seguro para VW Ônibus 8.160 Neobus Frota nº 476, Req. Serviço nº 1270/2026	2024 / 2025	953AD5TF7S R006281
30	Contratação de seguro para Ford Cargo 1722E Corpo de Bombeiros Frota nº ABS-10212, Req. Serviço nº 1263/2026	2010 / 2010	9BFYCE7V2 ABB60890
31	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 2 1.0, Frota nº 482, Req. Serviço nº 1654/2026	2025 / 2026	93YRBB004 TJ510461

2.1 - Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução do objeto, incluindo transporte, encargos sociais, benefícios, despesas indiretas, tributos e outras incidências de qualquer natureza.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

2.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Cláusula terceira. O objeto será executado de acordo com as condições contidas no processo em epígrafe e na proposta apresentada pela Contratada, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

3.1 - Os serviços sob a responsabilidade da Contratada são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao Contratante.

3.2 - A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução do objeto e não eximirá a Contratada das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

3.3 - A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo Contratante.

3.4 - A Contratada só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução do objeto se, após análise do Contratante, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à Contratada o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo Contratante.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. O Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto contratado, a qualquer hora, por meio de funcionário(s) especialmente designado(s) para tal função, nomeado(s) através de ato próprio pelo setor requisitante, nos moldes do disposto no Decreto Municipal nº 5.762/2025.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do Contratante:

- 5.1 - promover condições para a execução do objeto deste contrato;
- 5.2 - assegurar o acesso às informações solicitadas pelas pessoas credenciadas da Contratada para a execução do objeto, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, desde que relacionados ao certame em tela;
- 5.3 - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
- 5.4 - fiscalizar a execução do objeto, por meio da secretaria competente, comunicando à Contratada quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
- 5.5 - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos;
- 5.6 - controlar e acompanhar toda a execução do contrato;
- 5.7 - designar gestor operacional para acompanhamento deste contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da Contratada:

- 6.1 - executar o objeto nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;
- 6.2 - refazer imediatamente, por sua conta, o que não for aceito pela fiscalização;
- 6.3 - cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes ao objeto contratual;
- 6.4 - facilitar todas as atividades de fiscalização realizadas pelo Contratante, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
- 6.5 - respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
- 6.6 - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do Contratante;
- 6.7 - comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos decorrentes da realização do objeto, causados ao Contratante ou a terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

6.8 - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo e na legislação pertinente.

6.9 - cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

DO CRÉDITO

Cláusula sétima. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do orçamento previsto a seguir: as aquisições correrão por conta do seguinte orçamento: *Secretaria Municipal de Educação - U.O. 02.14.00 – Dotação: 673; Secretaria unicipal de Segurança Pública - U.O. 02.01.04 – Dotação: 1061; Secretaria Municipal de Saúde – U.O. 02.13.02 – Dotação: 465; Secretaria Municipal de Assistência Social – U.O. 02.10.01 – Dotação: 290; Secretaria Municipal de Operações Urbanas – U.O. 02.20.01 – Dotação: 874; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – U.O. 02.18.01 – Dotação: 800.*

DO VALOR E DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. O valor global do presente contrato importa em R\$ 23.083,95 (vinte e três mil, oitenta e três reais e noventa e cinco centavos) decorrentes dos seguintes preços unitários, expressos em moeda corrente, conforme segue:

QTDE	ESPECIFICAÇÃO	Franquia Máx	Prêmio Máx
1	Contratação de seguro para Caminhão Iveco 240E28, Frota nº 336, Req. Serviço nº 1332/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 796,54
1	Contratação de seguro para Renault Master TVan 16L, Frota nº 344, Req. Serviço nº 1238/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 937,92
1	Contratação de seguro para Ford Ka se 1.5, Frota nº 348, Req. Serviço nº 1240/2026	R\$ 2.500,00	R\$ 451,58
1	Contratação de seguro para Chevrolet Spin LTZ 1.8, Frota nº 352, Req. Serviço nº 1241/2026	R\$ 2.500,00	R\$ 510,69
1	Contratação de seguro para Chevrolet Spin LTZ 1.8, Frota nº 353, Req. Serviço nº 1242/2026	R\$ 2.500,00	R\$ 510,69
1	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 1.0, Frota nº 356, Req. Serviço nº 1243/2026	R\$ 2.000,00	R\$ 440,04
1	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 1.0, Frota nº 357, Req. Serviço nº 1244/2026	R\$ 2.000,00	R\$ 440,04
1	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 1.0, Frota nº 358, Req. Serviço nº 1245/2026	R\$ 2.000,00	R\$ 440,04
1	Contratação de seguro para Chevrolet Spin LTZ 1.8, Frota nº 359, Req. Serviço nº 1248/2026	R\$ 2.500,00	R\$ 548,81
1	Contratação de seguro para Renault Master 5L Ambulância , Frota nº 364, Req. Serviço nº 1249/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 925,85
1	Contratação de seguro para Renault Master 5L Ambulância , Frota nº 365, Req. Serviço nº 1250/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 925,85
1	Contratação de seguro para Renault Master 5L Ambulância , Frota nº 366, Req. Serviço nº 1252/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 925,85
1	Contratação de seguro para Renault Master 5L Ambulância , Frota nº 368, Req. Serviço nº 1253/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 925,85
1	Contratação de seguro para Ônibus Iveco Mascarello , Frota nº 371, Req. Serviço nº 1399/2026	R\$ 6.000,00	R\$ 838,71
1	Contratação de seguro para Ônibus Iveco Mascarello , Frota nº 372, Req. Serviço nº 1400/2026	R\$ 6.000,00	R\$ 838,71
1	Contratação de seguro para I/Citroen Jumpy Eurolaf, Frota nº 374, Req. Serviço nº 1254/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 802,52
1	Contratação de seguro para Ônibus M. Benz Caio LO916 Frota nº 403, Req. Serviço nº 1328/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 889,42



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

1	Contratação de seguro para Renault Master 7L Ambulância , Frota nº 407, Req. Serviço nº 1256/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 972,11
1	Contratação de seguro para I/Citroen Jumpy Eurolaf, Frota nº 413, Req. Serviço nº 1392/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 811,69
1	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 1.0, Frota nº 424, Req. Serviço nº 1260/2026	R\$ 2.000,00	R\$ 467,07
1	Contratação de seguro para Renault Master F2 Ambulância , Frota nº 438, Req. Serviço nº 1394/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 1.102,09
1	Contratação de seguro para Renault Master L3H2 Ambulância , Frota nº 441, Req. Serviço nº 1395/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 1.034,79
1	Contratação de seguro para Renault Master Mini Bus L3 Ambulância , Frota nº 442, Req. Serviço nº 1396/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 1.102,09
1	Contratação de seguro para Renault Master L3H2 Ambulância , Frota nº 458, Req. Serviço nº 1330/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 1.102,09
1	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 2 1.0, Frota nº 464, Req. Serviço nº 1261/2026	R\$ 2.000,00	R\$ 493,40
1	Contratação de seguro para VW Amarok 4x4 CD AT, Frota nº 465, Req. Serviço nº 1333/2026	R\$ 4.000,00	R\$ 663,61
1	Contratação de seguro para Renault Sandero SZE 1.0 MT Frota nº 473 , Req. Serviço nº 1654/2026	R\$ 2.500,00	R\$ 562,06
1	Contratação de seguro para GM Vectra Sedan Elegance Frota nº 474, Req. Serviço nº 1257/2026	R\$ 2.500,00	R\$ 442,46
1	Contratação de seguro para VW Ônibus 8.160 Neobus Frota nº 476, Req. Serviço nº 1270/2026	R\$ 6.000,00	R\$ 936,78
1	Contratação de seguro para Ford Cargo 1722E Corpo de Bombeiros Frota nº ABS-10212, Req. Serviço nº 1263/2026	R\$ 6.000,00	R\$ 718,66
1	Contratação de seguro para Renault Kwid Zen 2 1.0, Frota nº 482, Req. Serviço nº 1654/2026	R\$ 2.000,00	R\$ 525,94

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 20 (vinte) dias corridos, contados da data da entrega dos produtos constantes da Autorização de Fornecimento, por meio de depósito em conta-corrente, nos moldes estabelecidos no Termo de Referência deste processo.

8.1.1 - Deverão ser emitidas notas fiscais individuais e distintas para cada Autorização de Fornecimento encaminhada, devendo constar em cada uma delas o número da respectiva Autorização.

8.2 - Não serão pagas faturas que contenham rasuras ou apresentem descrição em desacordo com as instruções emitidas pelo departamento solicitante, com o Termo de Referência, com o contrato e com a proposta da Contratada. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em igual prazo ao do original, após a data de sua reapresentação válida.

8.3 - Quando da emissão das correspondentes notas fiscais ou faturas, deverão ser observadas as regras contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023 e no Decreto Municipal nº 5.328/2023, inclusive quanto ao correto destaque do valor do imposto de renda a ser retido.

8.3.1 - Pessoas jurídicas imunes, isentas ou optantes pelo SIMPLES NACIONAL/MEI, não estão sujeitas à retenção de imposto de renda. Para isso, deverão comprovar com declaração tal condição.

8.4 - Não haverá antecipação de pagamento para a execução do objeto deste ajuste, para efeito do artigo 145, da Lei nº 14.133/2021.

8.5 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cláusula nona. Mediante expresse pedido da Contratada, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPC-Fipe, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da data da elaboração da proposta.

9.1 - Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela Contratada antes:

9.1.1 - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;

9.1.2 - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;

9.1.3 - do encerramento do contrato.

9.2 - O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da Contratada, da documentação que comprove a origem do novo preço.

9.3 - Ressalvadas as condições previstas na cláusula de Matriz de Riscos, os valores também poderão ser repactuados quando necessário para estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata ou do contrato dela decorrente, tal como pactuado.

9.4 - A Contratada deverá apresentar requerimento ao Contratante, durante a vigência do contrato, acompanhado de prova inequívoca da variação de preços dos bens ou serviços registrados.

9.5 - A repactuação retroagirá a partir da data do protocolo do requerimento, quando autorizado.

9.6 - Os valores também poderão ser alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços ora ajustados.

9.7 - Na hipótese do parágrafo anterior, a alteração dos preços retroagirá à data em que entrou em vigência a norma que criou, alterou ou extinguiu os tributos ou encargos legais.

9.8 - O Contratante informará o resultado da análise do pedido de repactuação ou de revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos preços no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contado do protocolo do pedido.

9.9 - Conforme Orientação Normativa nº 16, expedida pela Procuradoria Geral do Município de Pederneiras/SP, os pedidos de equilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados de acordo com as seguintes premissas:

9.9.1 - Consideram-se eventos ou fatos supervenientes, para fins de configuração das hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro, aqueles que ocorrem após a formulação da proposta;

9.9.2 - Não se considera evento ou fato superveniente o aumento de preços constatado após a formulação da proposta, mas que decorre de evento anterior a ela e que poderia ter sido previsto;

9.9.3 - A existência de matérias jornalísticas antecipando o aumento de preços obsta a caracterização das hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, salvo quando a intensidade do desequilíbrio não pôde, ao tempo da formulação da proposta, ser precisada;

9.9.4 - Só se admite o reequilíbrio econômico-financeiro em razão de fatos anteriores à formulação da proposta quando, à época, dele não se conhecia nem poderia se conhecer (teoria da sujeição imprevista).

9.9.5 - Em regra, o aumento de preços que permite o reequilíbrio econômico-financeiro é aquele que afeta o mercado em sua integralidade;

9.9.6 - O aumento de custos do contratado, quando não afetado o mercado, só justificará o reequilíbrio econômico-financeiro quando o contratado comprovar a impossibilidade de contornar esse aumento de custos;

9.9.7 - O reequilíbrio econômico-financeiro só deve retroagir à data do requerimento se comprovada a elevação dos custos em relação aos serviços executados e aos produtos fornecidos ao tempo da sua formalização.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima. Comete infração administrativa a Contratada que, no decorrer da contratação:

10.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.3 - Dar causa à inexecução total do contrato;

10.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

- 10.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do acordo;
- 10.9 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do acordo;
- 10.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.12 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.13 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nesta cláusula ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Pederneiras/SP pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 3 (três) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 10.14 - Nos casos de atraso na execução de serviço ou na entrega de produtos a Contratada estará sujeita a multa de mora, de 1% (um por cento) ao dia de atraso até o limite de 30% do valor do contrato ou de qualquer outro documento que faça suas vezes, conforme o caso.
- 10.15 - A multa moratória não se confunde com a multa sancionatória nem exclui o direito da Administração à indenização por perdas e danos.
- 10.16 - Considerar-se-á inadimplemento absoluto a mora superior a 30 (trinta) dias, e, no trigésimo primeiro dia, instaurar-se-á processo administrativo para rescisão do contrato ou do documento que faça suas vezes.
- 10.17 - A mora inferior a 30 (trinta) dias poderá caracterizar inadimplemento absoluto, a depender das circunstâncias do caso concreto e a critério da Administração, observado o interesse público.
- 10.18 - Estará sujeita à sanção de advertência a Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, desde que a conduta não justifique imposição de sanção mais grave.
- 10.19 - Para aplicação de sanção mais grave, considerar-se-ão circunstâncias agravantes, sem prejuízo daquelas identificadas no caso concreto:
- a) O inadimplemento por mais de 15 (quinze) dias; e
 - b) O inadimplemento em relação a parte maior que a metade do objeto.
- 10.20 - A sanção de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no caput desta cláusula, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação ou de qualquer outro documento que faça suas vezes, conforme o caso.
- 10.21 - A sanção de multa será de:
- a) 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, do contrato ou do documento similar, conforme o caso, quando aplicada em conjunto com a sanção de advertência.
 - b) 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação, do valor do contrato ou do documento similar, conforme o caso, por infração a quaisquer das cláusulas do Edital ou do Contrato, incluindo os casos de inexecução parcial e entrega ou execução do objeto fora do prazo.
 - c) 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) quando caracterizadas as infrações previstas nos itens 10.3 e 10.12 do caput desta cláusula, e nas hipóteses de rescisão do Contrato por culpa da contratada.
- 10.22 - As multas serão recolhidas em favor do Município de Pederneiras/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.
- 10.23 - Estará sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar perante o Município de Pederneiras/SP a Contratada que incorrer nas infrações definidas nos itens 10.2 a 10.7 desta cláusula.
- 10.24 - Estará sujeita à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar a Contratada que incorrer nas infrações definidas nos itens 10.8 a 10.12, desta cláusula.
- 10.25 - A aplicação de qualquer das sanções previstas se realizará em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no Título IV, Capítulo I, da NLLC, nos termos do Decreto Municipal nº 5.630, de 19 de março de 2025.
- 10.26 - Havendo dúvida sobre a dimensão, qualidade ou quantidade da execução do objeto poderá ser suspenso o pagamento relativo à parte controversa, inclusive se integral.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

10.27 - Aplicada a multa, o respectivo valor será descontado de quaisquer pagamentos devidos à Contratada no âmbito deste Município, ainda que relativos a contratações diversas.

10.28 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada administrativa e judicialmente.

10.29 - Caso inexistentes créditos junto à Administração Municipal, as multas serão recolhidas em favor do Município de Pederneiras/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.30 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.31 - As demais disposições atinentes às infrações e sanções administrativas e ao procedimento para apuração e aplicação delas estão previstas no Decreto Municipal nº 5.630, de 19 de março de 2025, de cujo conhecimento a Contratada não pode se escusar, e que está disponível para leitura no link <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/sp/pederneiras>.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

11.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.2 - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

11.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.4 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

11.4.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

11.4.2 - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

11.4.3 - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

11.4.4 - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

11.4.5 - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

11.4.6 - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

11.4.7 - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

11.4.8 - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

11.4.9 - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

11.5 - O descumprimento, por parte da Contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao Contratante o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

11.6 - A extinção por ato unilateral do Contratante sujeitará a Contratada à multa rescisória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

11.7 - Caso o valor do prejuízo do Contratante advindo da extinção contratual por culpa da Contratada exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

11.8 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima segunda. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, transporte, traslado, alimentação, hospedagem, tributos e quaisquer outros resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da Contratada, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima terceira. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima quarta. O presente contrato encontra-se vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe e será regido pela Lei nº 14.133/2021, através das disposições expressas no referido diploma legal e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DA MATRIZ DE RISCOS

Cláusula décima quinta. A Contratada deverá arcar com os seguintes riscos decorrentes da execução contratual:

15.1 - O risco do prejuízo pela entrega de produto com insuficiência qualitativa será exclusivo da contratada que arcará, inclusive, com multa de 30% (trinta por cento) do valor do produto que deveria ter sido entregue com a qualidade prevista no edital, sem prejuízo das regras qualitativas ordinariamente previstas nos padrões de mercado.

15.2 - A multa decorrente da insuficiência qualitativa deverá ser indicada pela administração pública após o recebimento provisório e antes do recebimento definitivo do objeto previsto no edital.

15.3 - A contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para, nos termos do artigo 157, II da Lei Federal nº 14.133/2.021, apresentar sua defesa.

15.4 - A efetiva resolução do problema dentro do prazo de defesa da contratada será utilizada como critério de redução da pena de multa, observados os limites de 30% (trinta por cento) a 10% (dez por cento) sendo obrigatória a aplicação de multa na hipótese de entrega de produto com qualidade insatisfatória.

15.5 - A entrega do produto após o prazo previsto no edital equivale à deficiência qualitativa aplicando-se as mesmas regras anteriores, contando-se o prazo inicial de defesa, automaticamente, a partir do último dia da entrega do produto sem necessidade de notificação expressa.

15.6 - A notificação sobre insuficiência qualitativa tem a natureza de advertência para fins de registro cadastral do licitante vencedor e nos termos do artigo 60, II da Lei Federal nº 14.133/2.021 para fins de desempate por desempenho contratual.

15.7 - No caso de eventuais aumentos de preço ocorridos durante o transcorrer do prazo contratual e mediante a apresentação, pela contratada, de planilha de composição de custos e memória de cálculo, aplicar-se-ão as seguintes regras:

15.7.1 - Caso a diferença seja inferior ou igual a 1% (um por cento), não fará jus a contratada a qualquer recomposição, reajuste ou reequilíbrio contratual.

15.7.2 - Caso a diferença seja superior a 1% (um por cento), fará jus a contratada ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato na exata medida dos valores excedentes com os quais comprovadamente tiver que arcar.

DOS PRAZOS

Cláusula décima sexta. Este contrato terá os seguintes prazos:

16.1 - de vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado apenas no caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato. Não se prorrogará o prazo de vigência em razão de eventos inseridos nos riscos habituais da atividade empresarial (álea empresarial ou ordinária) ou em caso de culpa da Contratada;

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima sétima. O Contratante providenciará a publicação deste contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pederneiras/SP e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia a ampla publicidade.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula décima oitava. Declaram as partes expresso consentimento de que serão coletados, tratados e compartilhados os dados necessários ao cumprimento do contrato, nos termos do Art. 7º, inc. V da LGPD, seja os dados necessários para cumprimento de obrigações legais, nos termos do Art. 7º, inc. II da LGPD, bem como os dados, se necessários para proteção ao crédito, conforme autorizado pelo Art. 7º, inc. V da LGPD, sendo que outros dados poderão ser coletados, mediante termo de consentimento específico.

18.1 - As partes reconhecem expressamente a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste instrumento, de seus anexos formados em meio digital, e concordam em utilizar e reconhecem como manifestação válida de anuência a sua assinatura em formato eletrônico e/ou por meio de certificados eletrônicos, desde que emitidos pela ICP-Brasil nos termos do art. 10, parágrafo segundo da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

DO FORO

Cláusula décima nona. Fica eleito o Foro da Comarca de Pederneiras/SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato. E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Pederneiras/SP, 16 de abril de 2026.

FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS LIMA

Seguros Sura S/A

IVANA MARIA BERTOLINI CAMARINHA

Prefeita Municipal

EVERTON BRAZ ANTEQUERA

CPF nº 308.xxx.xxx-22

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

CENDY BIAZUZO RAMOS

CPF nº 337.xxx.xxx-89

IGOR GARCIA PEREIRA

CPF nº 338.xxx.xxx-60

Rua Siqueira Campos, S-64 – Centro – CEP 17280-065 – Pederneiras/SP

Tel.: (14) 3283 9570 – www.pederneiras.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

CONTRATANTE: Município de Pederneiras

CONTRATADA: Seguros Sura S/A

CONTRATO Nº 50/2026

OBJETO: Contratação de seguro total (colisão, incêndio, roubo e furto) para veículos que compõem a frota do Município de Pederneiras

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Pederneiras/SP, 16 de abril de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO, RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO, ORDENADOR DE DESPESAS E RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA POR PARTE DO CONTRATANTE:

Nome: Ivana Maria Bertolini Camarinha

Cargo: Prefeita

CPF: 131.xxx.xxx -14

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome: Fernanda Rodrigues dos Santos Lima

Cargo: Procuradora

CPF: 089.xxx.xxx -85

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Everton Braz Antequera

Cargo: Agente Administrativo

CPF: 308.xxx.xxx -22

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELO PROCESSO LICITATÓRIO:

Nome: Cendy Biazuzo Ramos

Cargo: Secretário Municipal de Compras e Licitações

CPF: 337.xxx.xxx-89

Assinatura: _____